

## WASHINGTON LUÍS (1869/1957)



Conhecido apenas pelo prenome, Washington Luís (Pereira de Souza) seria o último Presidente na República Velha. Deposto no dia 14 de outubro de 1930, foi preso e exilado.

Natural do Rio de Janeiro, pertencia a tradicional família de políticos do Império. Concluiu a formação humanista no Colégio Pedro II, matriculando-se na Faculdade de Direito de São Paulo. Formou-se aos 22 anos de idade, em 1891.

Depois de breve permanência como promotor público no interior do estado fluminense, radicou-se em São Paulo, dedicando-se à advocacia. Ingressou na política como vereador na capital e, em fins do decênio, exerceu um primeiro mandato como prefeito. Seria ainda deputado estadual e integrante do governo, retornando à chefia da Prefeitura entre 1913 e 1919 quando se tornaria governador. Ao término desse mandato, em 1924, ocupa uma vaga de Senador. Na vigência do acordo “café com leite”, de alternância na Presidência, com o fim do “período mineiro” (Artur Bernardes) cabia a São Paulo indicar o sucessor. Tendo sido Washington Luís o escolhido, teve eleição tranqüila. Assumiu a Presidência a 15 de novembro de 1926.

Bernardes governou enfrentando a indisciplina militar, manifestada desde o início, com a tentativa de impedir a escolha e, depois, a posse. Seguiram-se insurreições em 1922 e 1924. Esta última culminaria com a organização da chamada Coluna Prestes. Estruturou-se em fins de 1924, com a derrota da revolta concentrada em São Paulo e iniciou marcha pelo país, forçando o governo a organizar a perseguição e o confronto. Durou mais de dois anos, terminando por internar-se na Bolívia, em fevereiro de 1927, portanto já sob Washington Luís.

O novo governo tinha consciência de que o país estava cansado do clima de instabilidade e da repressão que inevitavelmente lhe seguia. Esta atingia duramente mesmo a oposição que se manifestava nos marcos legais, sobretudo a imprensa. José Maria Bello, em sua **História da República**, registra o estado de espírito vigente ao escrever: “Os brasileiros recebiam com prazer o novo governo, na esperança sempre renovada e sempre desmentida de que, enfim, se encerrariam as apaixonadas lutas partidárias e se afastavam os motivos de levantes e insurreições.”

Dada a circunstância, Washington Luís cuidou de empreender diversos atos simbólicos que expressassem claramente o seu desejo de distensão. Promoveu a libertação dos presos políticos, entre os quais encontravam-se jornalistas incursos na Lei de Imprensa e também os militares detidos sem processo. Deixou de usar as prerrogativas do estado de sítio, em que se

encontrava o país no momento da posse e ao longo do primeiro ano de governo. Terminada a sua vigência, a 31 de dezembro de 1927, deixou de renová-lo.

Na organização de seu governo, sem embargo de assegurar-se da hegemonia paulista, procurou conter a ascendência mineira entregando o poderoso Ministério da Fazenda ao Rio Grande do Sul, na pessoa de Getúlio Vargas, então deputado federal.

A par da distensão política, Washington Luís estabeleceu duas prioridades para o seu governo.

A primeira delas dizia respeito à estabilidade monetária. Esta não se circunscrevia ao equilíbrio orçamentário interno, envolvendo também a política cambial, taxa de conversão (convertibilidade) e equilíbrio nas contas externas, exigente de controle no endividamento. Essas sempre tinham sido questões permanentes, sobretudo depois que passaram os efeitos da consolidação da dívida externa (funding loan), negociado no começo do século por Campos Sales. A esse respeito afirma José Maria Bello, na obra citada: “Em qualquer caso, foram salutareos os efeitos da política do Sr. Washington Luís. Houve ordem nas finanças públicas; manteve-se o equilíbrio orçamentário e, com a paz interna e os altos preços do café, a Nação pareceu desafogar-se e firmar-se num surto de progresso.”

A segunda prioridade do governo consistiu em promover a construção de estradas rodoviárias. Por sua extensão, o país não podia então deixar de depender da navegação de cabotagem, dado o custo das obras que seriam requeridas para bem aproveitar as possibilidades facultadas pelos cursos d'água internos, isto é, a navegação fluvial. Contudo, no Sudeste e no Sul, as rodovias iriam contribuir para a maior integração econômica.

Por suas linhas gerais, esse era o quadro quando eclodiu a crise financeira internacional de 1929 que iria coincidir com as articulações para estruturar a alternância no poder, nas eleições que deveriam ocorrer no ano seguinte.

A crise de 1929 abateu-se sobre as economias norte-americana e européia, provocando fechamento de fábricas, desemprego em massa e, em consequência, redução das exportações brasileiras.

O país dependia das compras externas de café para assegurar o atendimento aos compromissos internacionais com importações e amortização das dívidas. A crise iria afetar-nos de imediato.

Mediante o expediente de negociar, com as nações produtoras, cotas de exportação, o Brasil conseguia manter elevadas as cotações do café. O ônus recaía no Tesouro ao adquirir e estocar os excedentes. Até meados da década de vinte essa prática não experimentava maiores abalos, embora os estoques tenham chegado, em 1927, a pouco mais de 7 milhões de sacas, em decorrência de safra excepcionalmente elevada. Para que se tenha idéia do que significava, tinham mais ou menos a mesma magnitude do conjunto das compras dos países consumidores.

Dada a crise iniciada no segundo semestre de 1929 e a virtual paralisia do comércio internacional, nesse ano o Brasil acumula estoques de 18,8 milhões de sacas.

Durante o ano de 1930, a situação econômica do país agravou-se extremamente. Os estoques de café chegaram a 27,5 milhões de sacas. Os fazendeiros não têm condições de saldar os compromissos assumidos. Generalizam-se falências e concordatas. Assinale-se, desde logo, que o problema iria transferir-se para o governo provisório instaurado no fim do exercício, em decorrência da revolução ocorrida em outubro. Sendo os positivistas partidários do intervencionismo econômico, chegando ao poder seus seguidores castilhistas queimam os estoques e introduzem o monopólio de câmbio, pondo fim às veleidades da política econômica da República Velha, considerada como sendo de índole liberal, embora no caso do café fosse aceita a mencionada manipulação do mercado.

À caótica situação econômica sobrepõe-se a questão da escolha do substituto de Washington Luís.

O principal postulante seria Antonio Carlos (Ribeiro de Andrade; 1870/1946). Era neto de Martim Francisco Ribeiro de Andrada --irmão de José Bonifácio e de Antonio Carlos, figuras exponenciais do processo da Independência-- e membro da primeira geração mineira dos Andradas. Seu pai (Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, conhecido como “segundo Antonio Carlos”) fundara esse ramo que, originariamente, provinha de São Paulo.

Substituíra a Artur Bernardes no governo de Minas. Pela tradição, cabia-lhe a indicação, levando em conta que Washington Luís representava São Paulo. Este, entretanto, dispôs-se a preteri-lo, tentando inaugurar nova modalidade de alternância, equivalente nada mais nada menos que a “café com café”. Seu candidato seria o então governador paulista Júlio Prestes (de Albuquerque; 1882/1946).

Minas vetaria a candidatura Júlio Prestes. Formou-se então a denominada Aliança Liberal que registrou chapa de oposição liderada por Getúlio Vargas, que se transferira do Ministério da Fazenda para o governo do Rio Grande do Sul, em decorrência do fim das reeleições de Borges de Medeiros, imposta pela reforma constitucional de 1926.

As lideranças mais experimentadas perceberam claramente que o comportamento de Washington Luís punha em risco a sobrevivência da situação ensejada pela “política dos governadores”. Tentou-se, pois, a conciliação. Foi aberta ao Presidente a possibilidade de indicar um “tertius” mediante a renúncia simultânea das duas candidaturas em confronto. Ainda assim, como diz José Maria Bello, “autoritário, altivo e obstinado”, Washington Luís “não se inclinaria jamais a qualquer transigência, repelindo, ao que parece duramente, qualquer alvitre em semelhante sentido.”

As eleições tinham lugar a uma grande distância da posse.

A primeira ocorria em março e, a última, a 15 de novembro. Consumada em março a farsa da vitória de Júlio Prestes, começa abertamente a conspiração para contestar esse resultado pelas armas. Adiada sucessivamente o seu início, eclode afinal a 3 de outubro.

O movimento ocorreu simultaneamente no Nordeste, no Sul e em Minas.

No Nordeste, começou na Paraíba. O contingente ali formado, em seu deslocamento, encontraria resistência apenas na capital pernambucana. Ocupada Recife, deslocou-se sem dificuldade até a Bahia.

Liderado pelo próprio Vargas, a coluna riograndense avançou rapidamente até a fronteira do Paraná com São Paulo.

A tropa formada em Minas ocupou os estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.

As tropas governistas em São Paulo e na capital da República apresentavam-se, numericamente, mais expressivas que os contingentes rebelados. Ainda assim, o confronto não se efetivou.

Os chefes militares decidiram antecipar-se e depuseram o governo. A 24 de outubro, vinte dias depois de deflagrado o movimento, deu-se a transferência de poder para Getúlio Vargas.

Vargas tornar-se-ia a figura dominante do século XX brasileiro. Ainda que não tivesse conseguido perpetuar o Estado Novo --transplante do modelo riograndense (castilhistas) de governo para o plano nacional--, deposto que foi em 1945, voltaria ao poder em 1950, consagrado pelas urnas. Nesse último governo dotou o país de um projeto de Revolução Industrial que acabaria sendo implantado pelos governos militares (1964/1985). Não sem razão, portanto, todo esse longo período tem sido designado como **Era Vargas**. Deste modo, para apreender o sentido da década de trinta e do Estado Novo que lhe seguiu, vamos nos valer de outras personalidades. O momento mais adequado para situar a Vargas, em toda a sua inteireza, será um pouco mais tarde.